

OS APINAJÉ: Situação atual e gênero¹

Raquel Pereira Rocha

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

Resumo

Esse trabalho objetiva apresentar dados etnográficos sobre os Apinajé (TO) referentes à questão de gênero obtidos através de pesquisas de campo realizadas em dois períodos, o primeiro por ocasião do mestrado em antropologia, que inclui duas visitas, uma em dezembro de 1999 e outra em setembro de 2000 e, o segundo, em janeiro deste ano, como parte da pesquisa para o doutorado. Ao confrontar os dados destes dois períodos é possível estabelecer uma análise comparativa que aponta para novas problemáticas sociais, bem como, para transformações significativas nas relações de gênero. Os dados referentes a janeiro de 2008, versam, sobretudo, sobre a situação sócio-econômica vivida atualmente por essa população indígena e sobre questões relacionadas à saúde, educação e gênero.

Introdução

Os Apinajé pertencem à família Jê setentrional e localizam-se ao norte do Estado do Tocantins entre os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Itaguatins, São Bento, Cachoeirinha e Nazaré. Entre os rios Araguaia e Tocantins, região conhecida como 'Bico do Papagaio'. A aldeia São José, onde minha pesquisa se realiza fica próxima a cidade de Tocantinópolis, é a maior e reúne cerca de 60% da população. A aldeia possui formado circular irregular e nela é realizada a maior parte dos rituais tradicionais e festas católicas. As aldeias Apinajé encontram-se divididas sob a administração de dois Postos Indígenas da Funai. O PIN S. José, que compreende as aldeias: Buriti Comprido, Cocalinho, Palmeiras, Patizal, Prata, Cocal Grande, Bacabinha, Abacaxi, Areia Branca, Serrinha e Boi Morto, e a PIN Mariazinha: Botica, Bonito, Girassol, Brejão e Riachinho;

Entre 1999 e 2001 realizei minha dissertação de mestrado pesquisando a questão de gênero entre os Apinajé. O trabalho permitiu ressaltar algumas questões relevantes aos estudos de gênero e recorrentes na literatura sobre os povos Jê, bem como, relativas à etnologia brasileira ou, das terras baixas em geral, entre elas: a noção de *organização dual*,

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

baseada na existência de metades com funções cerimoniais; as chamadas *relações de substância*, pela qual pessoas consanguineamente próximas seriam ligadas através das substâncias corpóreas, como o sangue e o sêmen e, as divisões binárias como a colocada entre centro e periferia que conjuga mulher / doméstico / privado x homem / centro / público. Esse princípio dualístico presente por exemplo, no trabalho de DaMatta (1976) sobre os Apinajé, motivaram-me a investigar *se*, e *como*, a prática cotidiana das mulheres estariam circunscrita à esfera doméstica e, de que maneira, homens e mulheres compartilhariam as atuações cotidianas, tanto coletivas, como individuais.

Ao chegar na aldeia em 99 fui recebida pela Família de Irepxi (Maria Barbosa)². As mulheres do grupo familiar de Irepxi foram minhas principais interlocutoras. Com elas, pude verificar que a participação feminina em eventos públicos, tanto dentro, como fora da aldeia, dava-se de maneira significativa e recorrente. Irepxi e suas filhas, por exemplo, haviam viajado para a Amazônia, Rio de Janeiro, Bahia e Palmas, sobretudo por ocasião da luta pela demarcação da terra na década de 80 onde Irepxi teve papel fundamental.

Verifiquei também que as discussões que dizem respeito à coletividade, não estão limitadas à esfera central da aldeia, mas acontecem no âmbito das casas segundo o prestígio dos envolvidos no assunto. Irepxi e outras mulheres como Grer, Julia Corredor e Maricota são tão respeitadas quanto homens mais velhos como Camilo, Romão e Estevão. Elas demonstraram uma participação ativa, por exemplo, na escolha dos caciques e das demais pessoas que compõem o quadro de cargos políticos³.

É possível que a história de Irepxi e a de sua parentela na luta pela demarcação territorial, tenha contribuído para que essas mulheres adquirissem o status que apresentam hoje. A reputação conquistada por essas pessoas e a observação dos eventos coletivos entre os Apinajé levaram-me a concluir que o prestígio social, tanto para os homens como, para as mulheres, pode avançar ou não dependendo das realizações individuais julgadas importantes à coletividade.

Apesar da participação forte das mulheres nos assuntos coletivos, no primeiro período, elas não ocupavam cargos políticos. Em 2000 participei de um momento lúdico com Irepxi e um grupo de mulheres. Elas brincavam com a idéia de serem caciques. Enquanto brincavam, aquelas mulheres deixavam subtendido que reconheciam, ao mesmo tempo, a etiqueta social segundo o qual, os cargos de comando não eram apropriados às

² Irepxi faleceu com cerca de 80 anos, de acordo com relatos, em 2002.

³ Os apinajé costumam nomear vice-cacique, assessores e conselheiros.

mulheres, como também que, se quisessem, poderiam sim, assumir o cacicado. Hoje, 2008, há entre os Apinajé duas mulheres cacique. Joanita, é cacique na aldeia Areia Branca e Panlé, casada com um não-índio, é cacique da aldeia Girassol.

Com relação às ações cotidianas de subsistência, uma das atividades importantes, verificada no primeiro período, foi o compartilhamento entre homens e mulheres do trabalho na chamada roça de toco ou roça familiar, após a derrubada das árvores e a limpeza mais *pesada* do terreno, tarefa realizada pelos homens, as mulheres ajudavam na limpeza *mais leve*, como a retirada de pequenos galhos e matos. No plantio e na colheita ambos trabalham.

Observei mulheres e homens subindo em altos coqueiros de buriti, mangaba e jussara a fim de colher-lhes os frutos. Principalmente as mulheres, carregavam pesados fardos de coco de babaçu para a venda da castanha; tratava-se de um árduo e perigoso trabalho realizado com um machadinho. Com uma das mãos segura-se o coco e com a outra bate-se o machado para quebrá-lo. As mulheres contaram que muitas pessoas já haviam tido suas mãos feridas nessa atividade.

Os Apinajé confeccionavam peças de artesanato para a venda na cidade. Homens e mulheres faziam bolsas, colares e adornos para casas, por exemplo. Além disso, os mais velhos, na época, mulheres a partir dos 60 e homens a partir dos 65 anos, recebiam aposentadoria por idade.

Pude constatar na época que os Apinajé tinham problemas com relação à questão alimentar. Vivia-se dos produtos da roça e dos víveres adquiridos pelos aposentados, além da escassa carne de caça.

Em Janeiro de 2008 retornei à aldeia São José e, da situação atual vivida pelos Apinajé, chamou-me a atenção a questão sócio-econômica. Senti que o problema com a segurança alimentar teve sensível melhora porém, o que está sustentando essa condição é uma crescente dependência econômica dos programas sociais concedidos pelos governos federal e estadual.

Os Apinajé atualmente têm acesso aos seguintes benefícios: cestas básicas, aposentadoria por idade, auxílio-doença, benefício por deficiência física, salário-maternidade e quando saí da aldeia, estavam para começar a receber a bolsa-família.

Esses benefícios são concedidos pelo governo federal através da Funai e Funasa. As cestas básicas vêm mensalmente. Para a distribuição das cestas são considerados núcleos familiares compostos por exemplo, de uma mulher com seus filhos e/ou netos, casal, casal com filhos e/ou netos e casal de idosos. Cada núcleo recebe uma cesta, mesmo que morem sobre o mesmo teto. Assim, uma casa pode receber mais que uma cesta básica.

A aposentadoria por idade passou a beneficiar homens a partir de 55 anos de idade e mulheres a partir de 50 anos. Na aldeia S. José essa faixa de idade corresponde cerca de 6% da população. Há também pessoas com idade inferior que recebem benefício por invalidez para o trabalho, por apresentarem entre outros, problemas lombares e diabetes. Famílias que têm algum portador de deficiência também recebem benefício. E há o auxílio-maternidade de 1.500,00 concedido para cada criança que nasce.

Há sete anos, os Apinajé recebiam apenas a aposentadoria por idade, o impacto social e econômico decorrentes do recebimento desse benefício, portanto, eram menores, porque o número de pessoas que os recebiam não era tão significativo para a comunidade como um todo. Hoje, entretanto, percebe-se que este fato tem interferido no ânimo e disposição para o plantio das roças familiares e das coletas de frutos nativos. A atividade de extração de coco de babaçu foi suspensa e não observei como outrora, o movimento para confecção de artesanato que eram vendidos na cidade.

O aumento de circulação de dinheiro, advindo do recebimento dos benefícios relatados acima, e de outras fontes de renda, como dos salários dos professores índios e outros profissionais como merendeira, agentes de saúde e agentes sanitários; o aumento das relações entre índios e não-índios que vão de comerciais até casamentos e, ainda, o acesso à informações veiculadas via TV, tem contribuído para a criação de novas necessidades e desejos de consumo, sobretudo de produtos industrializados. Na aldeia S. José tem hoje oito professores formados e mais sete em formação, que entraram na faculdade preenchendo vagas destinadas às populações indígenas em 2007.

Em resposta a esse estado de dependência econômica os Apinajé formaram associações internas que buscam elaborar projetos de promoção de renda. O Centro de Trabalho Indigenista desenvolve um projeto de extração de polpa para indústria de suco em parceria com uma associação Apinajé. As frutas coletadas são beneficiadas pela Fruta Sã (Indústria, Comércio e Exportação Ltda), empresa de propriedade da associação *Vyty caté*⁴ Associação do Povo Timbira do Maranhão e do Tocantins e do CTI, essa atividade é coordenada pela unidade do CTI que fica em Carolina (MA). Uma outra associação Apinajé, a *Krinduré* está buscando orientação da Funai para implantar um projeto de criação de porco queixada.

Há ainda um outra organização, a ASPROIN (Associação de Produtores Rurais Indígenas) coordenada por um missionário Batista que trabalha com os moradores da aldeia

⁴ Informação contida no site do CTI

Abacaxi formada por 16 famílias. A associação desenvolve um projeto de criação de porcos que tem financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) ligado ao Banco Central do Brasil. O Pronaf tem uma linha de financiamento que inclui *índios, remanescentes de quilombolas e silvicultores*. O projeto conta hoje com 67 cabeças de porcos. Vários Apinajé, moradores da aldeia S. José mostram preocupação quanto a esse projeto, dizem que se os detritos dos porcos não forem escoados de uma forma bem planejada vão poluir ainda mais os ribeirões que circundam a aldeia.

Um outro projeto que movimenta os Apinajé é a implantação de uma roça mecanizada e coletiva, que já vem sendo realizada a anos. Em 2000 já estavam às voltas com esse tipo de plantio, porém, sem muito resultado para a solução dos problemas com alimentação. No dia 23 de Janeiro o responsável pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, esteve na aldeia e fez a entrega de semente e insumos para a roça mecanizada. Segundo o secretário a S. José, através da pequena aldeia Abacaxi, adjacente, foi a primeira aldeia do Estado do Tocantins a ter acesso ao crédito do Pronaf. Essa secretaria que localiza-se em Palmas inclui uma Coordenadoria dos Povos Indígenas na secretaria de Cidadania e Justiça, cujo coordenador é **Gunum** um jovem Apinajé, advogado.

Na aldeia Areia Branca, uma pequena aldeia próxima a São José, um não-índio, Antonio, que casou-se com uma Apinajé e mora com a família dela, coordena a *casa da farinha*, um barracão com maquinários próprios para o beneficiamento de mandioca e confecção de farinha, que serve de alimento a população local e produz algum excedente que é vendido para as pessoas de outras aldeias.

Atualmente os Apinajé vivem uma situação histórica marcada por importantes pressões externas oriundas, por exemplo, dos projetos que visam, sobretudo, o desenvolvimento do Norte e Nordeste do Brasil, sendo que, alguns afetam diretamente a área, como a Usina Hidrelétrica de Serra Quebrada localizada à margem do rio Tocantins entre Tocantinópolis (TO) e Porto Franco (MA); a Hidrovia Araguaia-Tocantins que deverá cortar cinco Estados chegando até um dos limites da área Apinajé, cerca de 30km da cidade de Estreito (MA); a Estrada de Ferro Norte-Sul, que tem como um dos objetivos a ocupação do cerrado brasileiro e o Projeto Ferro-Carajás, inaugurada em 1985 pelo então presidente José Sarney e que incluiu a TI Apinajé nos benefícios do convênio Funai e CVRD (Companhia Vale do Rio Doce).

Além da proximidade com esses megas projetos, os Apinajé enfrentam invasões constantes no território por posseiros, médios fazendeiros, madeireiros, coletores de frutos do

cerrado, caçadores e pescadores ilegais e, ainda pela instalação de pequenos comércios que vivem da venda de bebida alcoólica e da prostituição.

Os Apinajé respondem às pressões externas e aos conflitos internos tentando buscar um equilíbrio entre as transformações sociais da atualidade e os conhecimentos ancestrais que se revelam, por exemplo, na continuidade de algumas tradições ligadas à concepção cosmológica.

O sistema de parentesco continua vigente, além da língua, que é um dos traços culturais mais evidentemente conservado. Entre os Apinajé, a língua portuguesa é a segunda língua. As crianças aprendem primeiro a falar e a escrever na língua materna e depois em português.

Saúde

Na área da saúde, o atendimento que é feito nos postos da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) presente nas aldeias, segue critérios da medicina alopática, criando assim, novas necessidades de consumo de remédios e de especialidades médicas, encontráveis apenas nas cidades. A Funasa tem também um Posto de atendimento na cidade de Tocantinópolis (TO), conhecido como *Pólo Indígena*, uma espécie de centro administrativo. A partir desse Polo gerencia-se a infra estrutura de atendimento relativo às questões de saúde dos Apinajé com parceria do Projeto Rondon e da Prefeitura de Tocantinópolis.

Um dos principais problemas de saúde que levam os Apinajé a procurarem o posto é a diarreia infecciosa proveniente, por exemplo, da contaminação através da água dos ribeirões. Além do acúmulo de lixo, os Apinajé costumam utilizar a área próxima ao rio para necessidades fisiológicas, quando chove, fezes e urina caem na água e a contaminam. Nessas águas também são jogadas as placentas após os partos, as pessoas banham-se, lavam roupa, utensílios de cozinha e, algumas vezes a usam para beber. Por isso, os Apinajé reivindicam obras de saneamento básico. Além dessa enfermidade, a pneumonia seguida de desidratação leva muitas crianças aos hospitais. Esses casos são enviados para internação no hospitais de Tocantinópolis ou Araguaína.

A diversificação de consumo de produtos industrializados criou um aumento na produção de lixo que polui os ribeirões. O serviço de coleta do município é precário. Parte do lixo é ajuntado pelo agente sanitário de casa em casa e fica vários dias amontoado no pátio à espera do caminhão coletor, bem como o lixo produzido no posto de saúde. A outra parte fica no chão da aldeia, sobretudo, às margens dos ribeirões.

No início do ano, a aldeia S. José teve o problema de contágio dessas enfermidades agravado, porque recebeu os moradores de quase todas as outras aldeias, por conta de um assassinato de quatro homens que invadiram a aldeia Buriti Cumprido armados, para resgatar um trator que os Apinajé haviam apreendido com o intuito de pressionar o prefeito da cidade de Cachoeirinha a realizar promessas de melhoria, como luz elétrica e cascalho na estrada. Pelo temor de vingança por parte dos parentes ou amigos dos homens assassinados, os Apinajé que moravam próximos às cidades de Luzinópolis, São Bento e Cachoeirinha abandonaram as aldeias e vieram para a aldeia São José.

No Posto da aldeia trabalham duas equipes com três não-índios e um agente indígena cada, que se revezam para que o atendimento seja prestado em tempo integral, inclusive feriados e finais de semana e, um médico, do hospital de Tocantinópolis que visita a aldeia uma ou duas vezes por semana. Para um Apinajé atuar como AIS (Agente Indígena de Saúde) deve ter pelo menos ensino fundamental, a mesma exigência é feita aos agentes não-índios. O trabalho dos agentes é verificar a pressão arterial dos pacientes, administrar medicamentos prescritos, fornecer soro para os casos de diarreia e aplicar inalação. No posto da aldeia as crianças tomam todas as vacinas que as crianças urbanas têm acesso normalmente, mais o rotavírus.

As mulheres grávidas fazem acompanhamento pré-natal no posto. De acordo com os agentes, boa parte das mulheres grávidas apresentam quadro de anemia. Segundo a coordenadora dos AS (Agentes de Saúde), na aldeia S. José, entre 30 mulheres grávidas, (número aproximado de mulheres grávidas na aldeia em janeiro/2008) cerca de 25 estão com anemia. Os partos são realizados, na sua maioria, por parteiras Apinajé, apenas os casos mais complicados vão para o hospital de Tocantinópolis. Em geral, as mulheres apinajé preferem que o parto seja realizado por parteiras. Maricota, nossa anfitriã é uma das parteiras mais experientes da aldeia. Para ela, muitas doenças estão acontecendo devido à ingestão de remédios de branco. Ela explica que, de acordo com os costumes antigos, as grávidas não devem manter relação sexual, mas que *agora está tudo mudado*.

Após o nascimento, a criança tem acompanhamento médico até o primeiro ano de idade. Um dos cuidados é avaliação do peso, quando há constatação de que esteja abaixo da média, a criança recebe um complemento alimentar, um mingau a base de leite, que é feito pelos próprios agentes e distribuído todas as manhãs. As crianças fazem fila para receber esse alimento.

As agentes de saúde afirmam que a mortalidade infantil vem diminuindo. Porém há motivos para acreditar que não é tão simples assim. No início de 2006 morreram 19 crianças

de 0 a 6 anos que apresentavam vômito, diarreia e desnutrição. Em janeiro deste ano, quando estive na aldeia, faleceu uma criança e 10 estiveram internadas.

Há evidências de que os Apinajé apesar da assistência prestada, continuam com problema de segurança alimentar, essa é uma questão que tem várias causas e carece melhor investigação, uma delas parece ser a diminuição das roças familiares. As crianças e os mais idosos são os mais vulneráveis.

Crianças e mulheres grávidas, em risco de subnutrição, recebem uma sopa feita também no posto de saúde com ingredientes fornecidos pela Funasa. Foi solicitado aos Apinajé que contribuíssem com produtos da roça para essa sopa, contudo, como muitos têm deixado o plantio da roça familiar, esses produtos escassearam.

Os Apinajé enfrentam ainda o problema do alcoolismo, sobretudo por parte dos homens, mas mulheres também costumam fazer uso contínuo de bebida alcoólica. O cacique Waxmegri (Orlando) vem tomando uma série de medidas inibidoras para conter o problema. Relata que levou, por exemplo, profissionais e religiosos para dar palestras sobre os perigos do alcoolismo para a saúde, entre essas pessoas, pastores evangélicos e um comandante da polícia militar. Segundo vários relatos, as bebedeiras provocam casos de violência contra a mulher. Várias mulheres contaram que foram agredidas por maridos ou irmãos alcoolizados. Segundo os agentes de saúde as bebedeiras se intensificam principalmente em época de pagamento.

Embora seja ilegal a venda de bebida alcoólica para as populações indígenas, os Apinajé não encontram problemas para comprar cachaça nas cidades ou, nas vendas de povoados vizinhos. Durante o tempo que estive na aldeia um comerciante de Tocantinópolis foi preso e multado por ter vendido bebida aos Apinajé.

Educação escolar

Há uma escola na aldeia, construída pelo governo de Tocantins, *Escola Estadual Indígena Matúk* com ensino fundamental e médio. Essa escola tem um diretor Apinajé, *Pepkryt* (Wanderlei) que é formado como técnico agrícola e já trabalhou como funcionário público. Em 1998 surgiu o programa de cotas para alunos indígenas na universidade e *Pepkryt* ingressou no curso pedagogia na UFT (Universidade Federal do Tocantins) e, em 2005, assumiu o cargo de diretor.

A escola Matúk foi aberta em 2005. O nome da escola é uma homenagem ao 1º cacique da aldeia S. José. A escola tem, entre outras dependências, seis salas de aula e uma sala de laboratório de informática com oito computadores. Além disso, a escola é equipada com uma máquina de xerox, retroprojektor, TV e DVD. Nessa escola também funciona o EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Todas as aldeias reconhecidas pela Funai tem escola, onde funciona, pelo menos, o ensino fundamental, com exceção das pequenas e recentes aldeias formadas próximas a S. José. Nas aldeias S. José e Mariazinha têm até o 2º grau e na Matúk estudam pessoas da S. José, Boi Morto, Cocal grande, Abacaxi, Prata e Areia branca.

De acordo com Pepkryt, a evasão escolar é grande, ele conta que os motivos são vários: as dissidências políticas internas que provocam a formação de outras aldeias; jovens que se casam na idade escolar e deixam o curso e o alcoolismo. No EJA também há muita evasão e a principal causa é o casamento.

As mudanças e o que se pensa delas.

Em 2000 eram raras as casas onde havia um televisão. Hoje é raro a casa que não tem. A maioria tem TV e parabólica. Os Apinajé apreciam muito os programas televisivos, sobretudo novelas e jogos de futebol. Os mais velhos lamentam a pouca disposição dos jovens em aprender as atividades tradicionais. O cacique temeroso à respeito do arrefecimento das tradições tentou elaborar uma programação no galpão do pátio. Programou oficinas de confecção de arco, flecha e borduna e disse que pretendia que essas oficinas acontecessem todo domingo. De fato no dia 28 de janeiro, um domingo, os jovens e os meninos foram chamados ao galpão para o aprendizado de como confeccionar arco e flecha. Waxmegri explica que muitos Apinajé já perderam esse conhecimento e, que essas oficinas visam resgatar essa prática cultural. No Domingo seguinte porém, o cacique não conseguiu manter a atividade e reclamou da falta de participação das pessoas.

Camilo, pai de Waxmegri, comenta sobre as mudanças na vida dos Apinajé. Vê com bons olhos, a intervenção da medicina moderna. Segundo ele *foi bom a Funai dar remédio*. Conta que antes morriam muitas mulheres no parto e que, doenças como sarampo, catapora, coqueluche (tosse comprida) os **wajãgã** (pajés) não conseguiam curar. Relata que no tempo em que era criança, para curar o sarampo caçava-se um camaleão e da carne era feito um caldo e dado às crianças. Ele conta que teve sarampo e foi tratado com esse caldo.

Com relação ao trabalho na roça desabafa:

*As pessoas não sabem ou não querem trabalhar com foice e enxada. Muitos acompanham os pais no dia do pagamento e compram cosméticos e roupas caras, estão vivendo às custas dos velhos. Vivem às custas de quem ganha **katiporé** (dinheiro). Isso atrapalhou o trabalho na roça de toco. Com o dinheiro da aposentadoria muitos compram álcool ou dão aos jovens para comprarem. Já aconteceu de índio vir bêbado na carroceria da camionete, cair na estrada e morrer. Às vezes começam a brigar dentro do carro.*

Conta saudoso histórias da aldeia *antiga* como essa:

Naquele tempo o cacique mandava matar muito wajãgã por causa de feitiço. Ninguém fazia nada, respeitava o cacique. Agora não querem mais obedecer ao cacique. O cacique tinha homens que eram escolhidos para matar, quando o cacique pedia. Quando alguém não queria participar de reunião, o cacique mandava buscar, botava no meio do pátio e batia muito e depois lavava e botava na cama da própria pessoa. No outro dia a pessoa ficava boa e seguia o cacique para onde ele quisesse.

Os mais velhos são unânimes em reclamar sobre a falta de interesse dos mais jovens com relação à continuidade das tradições. Já para os mais jovens uma das questões centrais é como ter acesso a um ganho monetário, sem o qual a vida se tornou impossível. E cabe então, a busca de um equilíbrio entre o chamado à destribalização e à compreensão de que a unidade comunitária é imprescindível à continuidade dos Apinajé sobretudo, no tocante a manutenção dos direitos assegurados, como o direito à terra, tão duramente conquistada.

Transformações sociais e relações de gênero

Para a mulher, a possibilidade de estudar e concluir um curso universitário; de exercer trabalho remunerado como professora ou, outros cargos na escola, transformam as expectativas de vida, apontando para um florescer de novas alternativas de escolha. Por outro lado, o incentivo pró-natividade oferecido pelo auxílio maternidade, motiva o aumento do número de filhos que, por sua vez torna complicado a opção de estudar ou exercer trabalho remunerado.

O trabalho rotineiro também sofreu alterações. Antes, o tempo era dividido basicamente entre o cuidado com as crianças, a preparação do alimento, a roça e confecção de artesanato, além da coleta de frutos. Hoje acrescenta-se o cuidado com as roupas. Ao que parece, o tempo antes utilizado para o trabalho na roça, tende a dar lugar a lavagem de roupas. A TV ocupa hoje um lugar privilegiado no cotidiano da aldeia, é a principal atração do tempo livre, que antes era utilizado para a confecção de artesanatos por exemplo.

Uma outra tarefa que ocupa tanto homens como mulheres e, que aumentou bastante nesses anos, foram as idas à cidade tanto de homens como de mulheres. As mulheres estão saindo mais da aldeia que no primeiro período. Um dos estresses diários é encontrar um carro disponível para as idas à cidade. Os motivos são vários: compra de alimentos, remédios e roupas; idas aos hospitais para visitação de parentes internados e aos bancos para recebimento de aposentadorias e auxílios.

O casamento é uma instituição importante da vida Apinajé. A partir dos 13 anos, mais ou menos, uma menina já pode casar-se e os meninos, por volta dos 15 anos. No discurso da maioria, os casamentos estão ocorrendo cada vez mais por escolha pessoal. Atualmente, um dos fatores que pode deixar uma pessoa mais atraente para o casamento é o fato de ela ter algum ganho monetário, como beneficiária ou assalariada.

A vida em contato permanente com os não-índios motivou em algumas aldeias, como Riachinho e Mariazinha, o número de casamentos de mulheres Apinajé com não-índios. O casamento com não-índios é uma possibilidade de escolha individual, mas não muito apreciável no discurso dos moradores da aldeia S. José. Para eles, o aumento desse tipo de casamento é sinal de decadência social. Contudo, embora em menor quantidade, há casos de casamentos entre índios e não-índios na S. José, e verifica-se boa aceitação e uma convivência sem grandes problemas.

A regra de matrilinearidade continua em vigor, sendo quebrada sempre que isso facilitar o exercício de alguma atividade remunerada ou por escolha pessoal. Conheci casais que preferiram morar com os pais do marido por ter, com estes, uma convivência mais harmoniosa.

Anotação final

A problemática sócio-econômica tem motivado os Apinajé a buscarem a viabilização de projetos que visem apontar caminhos e soluções para a construção de uma vida mais independente economicamente, tanto para a construção da autonomia social, como para

sobrevivência dessa população, haja visto a formação de associações que buscam financiamentos e assessoria para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade.

No âmbito dessas questões, as relações de gênero, continuarão, sem dúvida, a sofrer metamorfoses e, sendo assim, a que se continuar investigando, de forma relacional, como as relações de gênero serão perpassadas por esse processo histórico.

Fontes Bibliografia

Da Matta, Roberto. 1976. Um Mundo Dividido: A estrutura social dos índios Apinayé, Petrópolis, Ed. Vozes.

Giraldin, Odair. 2000. Axpên Pyrak. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinajé. Tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP. Campinas/SP

Rocha, Raquel Pereira. A Questão de Gênero na Etnologia Jê: A partir de um estudo sobre os Apinajé. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP. Campinas/SP

Sites consultados

www.trabalhoindigenista.org.br

www.socioambiental.org

www.riosvivos.org.br

www.ibase.br